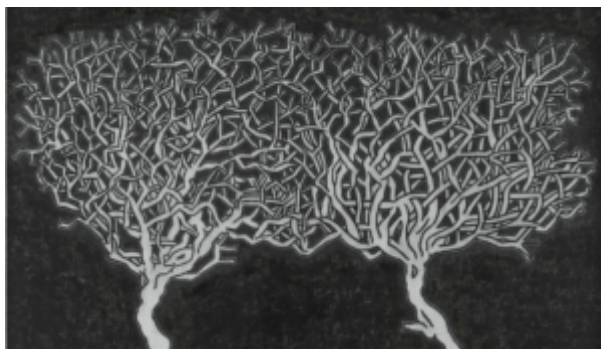


Uma crônica da infâmia em 2026



Por **THIAGO GAMA***

A ironia contida no ato de entregar a maior honraria da paz a um senhor da guerra que acaba de violar as fronteiras de seu próprio país é tão densa que desafia a própria razão

1.

Em 12 de janeiro de 2026, com o mundo ainda sob o choque da invasão militar norte-americana que depôs Nicolás Maduro uma semana antes, o Papa Leão XIV recebeu em audiência privada María Corina Machado, líder opositorista laureada com o Nobel da Paz.

Quatro dias depois, em 15 de janeiro, María Corina Machado consagrava essa legitimidade em Washington, ao presentear Donald Trump com a medalha do prêmio. Esta análise examina como, no pós-invasão, o Vaticano e a oposição venezuelana alinharam-se em uma narrativa que buscava transmutar uma agressão militar em uma “missão de paz” legítima.

Ao receber María Corina Machado apenas nove dias após uma invasão que ele próprio, no Angelus, havia acompanhado com “grande preocupação”, o Pontífice concedeu à oposição venezuelana o mais alto selo de respeitabilidade moral em um momento de extrema fragilidade geopolítica.

A audiência funcionou menos como uma bênção e mais como uma “ratificação eclesial” da nova correlação de forças estabelecida pelas armas.

Na verdade, documentos indicam que o Vaticano, através do Cardeal Parolin, tentou uma solução negociada para evitar o conflito, inclusive propondo asilo para Nicolás Maduro. O fracasso desses esforços e a realização da audiência após a consumação militar do fato expõem uma opção pastoral e política pragmática: a de canonizar o resultado de uma ação que não conseguiu impedir.

Uma busca alargada nos registros diplomáticos revela que o beneplácito de Leão XIV operou como um dispositivo de legitimação, através do qual a violência imperial foi transmutada em “necessidade humanitária”.



1987, o Papa João Paulo II (1978 – 2005) na sacada do Palácio La Moneda, com Pinochet.

2.

O Papa Leão XIV, ao habitar o conceito de misericórdia de forma tão seletiva, permitiu que Machado se sentisse ungida para o sacrilégio. A demanda por ordem nunca justificará a entrega das chaves do território a um invasor, contudo, em janeiro de 2026, a lógica do poder operava sob um estado de exceção que tornava o absurdo a norma.

O locus de atuação da política vaticana, ao eleger María Corina Machado como interlocutora privilegiada, ignorou o fato de que a classe senhorial de 2026 não mais almeja o requinte da Corte, mas sim a eficácia brutal do bombardeio, buscando evidenciar um poder que não mais se sustenta pela palavra, mas pelo ferro.

A fim de compreendermos melhor o gesto de María Corina Machado na Casa Branca, foi fundamental, como ponto de partida, a análise da invasão da Venezuela iniciada sob as ordens de Donald Trump.

O território venezuelano, convertido em laboratório de uma necropolítica contemporânea, viu sua soberania ser estilhada sob o pretexto de uma “libertação” que, em escrutinada leitura, nada mais é do que o direito de decidir quem deve viver e quem deve morrer.

É precisamente neste contexto de escombros e fumaça que a figura de María Corina Machado emerge não como uma estadista, mas como uma funcionária do império, através da qual o prêmio Nobel da Paz – tradicionalmente outorgado por comissões em Oslo e não por mãos de candidatos – foi transformado em um troféu de conquista militar.

A ironia contida no ato de entregar a maior honraria da paz a um senhor da guerra que acaba de violar as fronteiras de seu próprio país é tão densa que desafia a própria razão.

ima



Donald Trump recebe de Maria Corina Machado o prêmio que havia sido lhe dado em exclusividade.

3.

Ao consolidar gradativamente sua posição como mediadora da invasão, Machado introduziu na política latino-americana um estilo de capitulação particular, em consonância com o desejo específico de Donald Trump por projeção e glória. Ela comparou o gesto a um presente dado ao general Lafayette por Simón Bolívar, chamando Trump de “herdeiro de Washington” (!)

A resposta do Instituto Nobel foi uma negação técnica, mas politicamente irrelevante. O ato já cumprira sua função: deslocar o símbolo do campo da legitimidade internacional (Oslo) para o da realpolitik (Washington). A “transferência” que importava não era da medalha, mas da autoridade moral do prêmio para a narrativa da intervenção.

A preferência de Donald Trump por Delcy Rodríguez não era um contrassenso; era a lógica última da operação. Ela representava a continuidade do Estado necessária para uma pilhagem eficiente – no caso, do petróleo –, enquanto María Corina Machado era a bandeira simbólica descartável, útil para a foto no Vaticano e para a entrega do troféu.

Em sua primeira declaração após a invasão, Donald Trump havia dito sobre María Corina Machado ser a próxima líder do país: “Ela não tem o apoio ou respeito dentro do país” para governar. Isso revela a ironia: ela lhe entrega o maior símbolo de paz, mas ele duvida de sua capacidade política.

Portanto, a entrega da medalha não foi um “prólogo”, mas o ápice ritualístico de uma legitimação em cadeia. Do Palácio Apostólico do Papa ao Salão Oval, a violação da soberania venezuelana foi simbolicamente lavada, primeiro pela bênção moral, depois pela consagração como “obra de paz”. O Nobel, assim, não “morreu”; foi convertido em troféu de guerra.

4.

A dignidade foi a primeira commodity a ser exportada para os Estados Unidos. O estado de coisas é sem paralelo: uma pretensa candidata a presidente entrega a alma de seu país ao homem que o bombardeia, enquanto o Nobel da Paz morre, definitivamente, entre um aperto de mãos e um flash fotográfico em Washington.

María Corina Machado, desprovida de qualquer prurido ético ou sombra de hesitação, colocou nas mãos de Donald Trump a medalha que o mundo outrora respeitava. Foi uma performance de submissão tão absoluta que o próprio conceito de agenciamento político parece ter sido drenado da cena, restando apenas a visualidade de uma derrota que se faz passar por triunfo.

É preciso destacar que, neste tipo de enfoque, não existe uma saída honrosa, pois a gramática-de-contenção utilizada por Washington foi plenamente internalizada pela política que supõe representar a esperança.

A bem da verdade é que o tema do “prêmio Nobel” nunca interessou tanto à crônica da infâmia quanto agora, quando ele serve de adereço para o espetáculo da força bruta. Operava ali, naquele gabinete oval, uma lógica que subverte o próprio entendimento de direito internacional, transformando o Nobel em um objeto passível de desprezo histórico. O Nobel, outrora símbolo de resistência, tornou-se o selo de aprovação para a bota militar sobre o solo de Simón Bolívar.

Ao adotarmos o modelo indiciário para reconstruir estes dias de janeiro, trabalhamos com a hipótese de que a dignidade da Venezuela foi enterrada sob o beneplácito vaticano e a vaidade americana. Os pequenos sinais – o sorriso de María Corina Machado, a altivez vazia de Donald Trump, o silêncio de Leão XIV – são as peças de um quebra-cabeça que, quando encaixadas, formam a imagem coerente da vergonha.

Portanto, ao trabalharmos com a crônica deste tempo, é necessária uma atenção minuciosa para que a biografia da infâmia possa ser construída sem as ilusões do otimismo diplomático. Através do cruzamento das fontes, fomos desenhando a experiência de uma nação que, em busca de liberdade, encontrou apenas o peso da bota estrangeira e o riso de seus próprios traidores. Destarte, nossa análise é inteiramente construída a partir da relação entre o sujeito histórico e o processo social de desintegração soberana.



Em 12 de Janeiro de 2026, Papa Leão XIV com Maria Corina Machado.

5.

Resta-nos, por fim, o lamento profundo por uma Venezuela que se vê habitada por fantasmas de uma soberania que já não lhe pertence. O prêmio Nobel da Paz, de agora em diante, não passa de um metal sem brilho, uma medalha que carrega o peso da vergonha de ter sido entregue por uma mulher sem país a um invasor sem limites.

A gramática-de-contenção da história registrará este dia como o momento em que a paz se tornou o codinome para a rendição incondicional. A aparente contradição entre a solenidade do Palácio Apostólico e a crueza da invasão formam um choque semiótico, quem acostumou-se a estudar os meandros da política Vaticana há décadas, reconhecerá esta foto como um dos grandes erros deste pontificado leonino.

A questão que a história fará não é sobre o silêncio de Deus diante das bombas, mas sobre por que Sua representação terrestre escolheu abençoar os vencedores depois que a fumaça baixou.

A resposta a essa pergunta reside justamente na ação do Bispo de Roma em 12 de janeiro, que operou como a engrenagem mestra de um processo de santificação do poder bruto. Ao caminhar pelos corredores da Loggia de Rafael, Machado não

buscava apenas a bênção apostólica, mas a autoridade moral necessária para perfurar a resistência ética de seus compatriotas.

A bênção papal não foi um ato de misericórdia, mas um dispositivo técnico de pacificação prévia, que buscava desarmar a crítica internacional antes mesmo que as toneladas de galões de petróleo fossem retiradas da Bacia do Orinoco.

6.

A diplomacia pontifícia é seletiva. Em fevereiro de 1999 o então porta-voz do Vaticano Joaquín Navarro-Valls, e o próprio João Paulo II, emitiram gritos diplomáticos excruciantes para que Augusto Pinochet fosse julgado no Chile e não na Espanha ou Londres, se assim fosse o caso, enquanto o juiz espanhol Baltasar Garzón Real, que mandou prendê-lo por crimes contra a humanidade – e pela morte de cidadãos espanhóis em Santiago –, sabia que as chances de Augusto Pinochet, à época com 83 anos, ser julgado e punido em seu país, eram mínimas.

Naquela mesma ocasião, a “infalível” Cátedra do pontífice, em questões de fé e moral, julgava-se, por mandato divino, o porta-voz sagrado para ditar o que fazer com o genocida chileno, embaralhando e confundindo propositalmente os Tratados de Vestfália, que garantem aos países soberania absoluta, sem intervenção religiosa, seus destinos políticos soberanos, e de quem os macula.

No campo da história que se volta para as relações entre soberania e violência, a entrega do Prêmio Nobel da Paz a Donald Trump, no dia 15 de janeiro de 2026, representa a manifestação mais aguda de uma mente colonizada.

María Corina Machado, ao converter a honraria em um espólio de guerra, demonstrou que a dignidade nacional é, para certos grupos venezuelanos, uma mercadoria passível de troca por suporte bélico.

O ato de agraciar um invasor com o símbolo máximo da paz — uma tarefa que, evidentemente, não cabe a um indivíduo, mas a um comitê soberano na Escandinávia, como afirmado acima — configura uma subversão dos códigos de representação tão profundamente que beira o delírio psicótico de alguém que se nega a enxergar a realidade.

Ao observarmos a cena na Casa Branca, percebe-se que a violência não se deu apenas nos campos de batalha da Venezuela, e no sequestro do presidente e de sua companheira, mas na própria psique de quem entrega o prêmio, através da qual o agressor é fantasiado de salvador, e o estupro da soberania é celebrado como um falso “matrimônio” democrático.

Não há como ignorar a ironia contida no fato de Donald Trump, um homem cujas rotas políticas sempre guiaram a produção de conflitos e divisões, ser agora o detentor de uma medalha manchada pelo óleo e pelo sangue venezuelano, ainda que simbolicamente.

María Corina Machado, ao abdicar de sua autonomia interpretativa, tornou-se o rastro orgânico de um processo de escrita imperial, onde a Venezuela é apenas a nota de rodapé de um projeto de expansão global.

A trajetória de María Corina Machado, vista sob o prisma da ação individual voltada para a entrega soberana, nos auxiliou a demonstrar que as realidades sociais podem ser, ao mesmo tempo, destruídas a partir daquelas figuras que deveriam protegê-las.

A Venezuela, que outrora almejava caminhos de emancipação e glória, através do melhor ativo de uma nação, que é o seu povo, e não da posse de uma commodity, encontra-se agora sob a bota de um invasor que foi condecorado pela própria “esperança” do país, num cenário onde o absurdo se tornou a única métrica possível para a análise política – uma política cujo resultado final foi a soberania partindo em dois navios: um carregado de tropas, outro de símbolos; e o futuro, hipotecado em dois escritórios: o Salão Oval, que dita os termos, e o do governo interino em Caracas, que os executa enquanto o petróleo flui.

É preciso situar este evento no seu contexto histórico de agenciamento e consumo de poder, problematizando e questionando quais sentidos históricos podem ser apreendidos de uma nação que assiste, pela televisão, sua dignidade ser entregue como um brinde em Washington, enquanto o Papa, em seu palácio distante no Mediterrâneo, mantém o silêncio dos que já lavaram as mãos, justamente como o governador de uma província distante da Roma Imperial fizera com o “Filho do Homem” que ele jurou servir com a vida.

***THIAGO GAMA** é doutorando em História Comparada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).